



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

1ª REUNIÃO DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO COMITÊ DE GESTÃO COLEGIADA DA REDE E CUIDADO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS E TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA

Data: 26/08/2020 – 09h13m

A 1ª reunião da Coordenação Executiva do COMITÊ foi realizada por videoconferência conforme as recomendações do Governo do Estado e Prefeitura do Recife, com link via pelo Google Meet, encaminhado aos grupos de WhatsApp desta Comissão, pela assessora de comunicação Angélica Araújo.

PAUTA:

1. Leitura do Plano de Trabalho – Vitória da Conquista/BA;

- **Participantes:** *Eduardo Paysan Gomes (Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos), Dra. Claudia Jane Vasconcelos Albuquerque (OAB/PE), Maria de Lourdes de Sousa (Fórum DCA Recife), Tanany Frederico dos Reis (1ª e 2ª VCCA, Augusto Lepre de Souza (UNICEF), Isaac Machado de Oliveira (Conselho Municipal de Saúde) e Josinês Barbosa Rabelo (Secretaria de Saúde – CERCCA); **Técnicos:** Angélica Araújo (Comunicação) e Roberta Sartori, (Sociopedagógico)*

Apresentações

Esta foi a primeira reunião da Coordenação Executiva do Comitê de Gestão Colegiada da Rede e Cuidado de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de violência na modalidade online pela plataforma Meet com abertura de sala virtual por Angélica Araújo (assessora de comunicação/COMDICA), tendo início às 09h13min. A técnica Roberta Sartori passa à informação que pode dar início a reunião e conforme os demais membros da Coordenação forem entrando, vai acompanhando.

Eduardo Paysan solicita que seja apresentado na reunião o Plano de Trabalho de Vitória da Conquista, por ser um excelente ponto de partida para a discussão e inicia a leitura do documento. Explica que teve a preocupação de se criar uma Coordenação Executiva, porque já existe uma demanda grande as sextas-feiras, mas conforme foram surgindo os encaminhamentos nas reuniões do Comitê, era preciso que se estruturasse, através de um planejamento e definindo prioridades. Eduardo Paysan aponta, que uma das prioridades seria relacionada ao Ministério Público, onde a demanda está relacionada a própria estrutura do Comitê, no sentido de que seja qual for a área do Ministério Público, de preferência a área criminal e a área da criança e do adolescente, que tenham inter-relação com esta temática do depoimento especializado, vindo a participar efetivamente do Comitê. Pode ainda, ver as demandas já existentes, o que já está caminhando, o que seria prioridade e o que falta fazer.

Tanany Reis concorda com a proposta de Eduardo Paysan, ratificando ter muita coisa, precisando ter um norte, para que não se percam diante das demandas deste Comitê. Tanany trás ainda, que vai possibilitar o Comitê a ter mais clareza na relação dessas ações de proteção com o Sistema de Garantia de Direitos – SGD de uma forma mais ampla. Fala da sua dificuldade de absorver a ideia de se ter um sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, causando a impressão de ter falhado em outro momento e que precisaria de algo para compensação. O Comitê é bem diverso e conseqüentemente existem muitos interesses a partir das suas especificidades de cada sujeito institucional que compõe. Coloca ainda que a explanação de Michael de Farias foi bastante importante e muito rica.

Josinês Rabelo concorda com a fala de Tanany em relação a explanação de Michael de Farias, por ter sido uma fala de muita propriedade, até porque Michael de Farias é um militante e que a estrutura do Plano de



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

Trabalho de Vitória da Conquista vai ajudar nos trabalhos. Josinês fala ainda, que existe já o fluxo, tendo a preocupação de que a crianças e o adolescente que já passou por algum tipo de violência, ele estará na política mais ampla de proteção da criança e do adolescente, inclusive as que não passaram pela situação de violência. Coloca como preocupação a violência institucional, onde este trabalho do Comitê irá permitir que as instituições consigam evitar, a partir de um trabalho em conjunto. Em Recife, já existe uma estrutura, o que se tem é a dificuldade das coisas acontecerem, e questiona como vão conseguir sensibilizar, empolgar, vincular as instituições e pessoas para que o trabalho em conjunto realmente aconteça, sendo uma falha de Recife a falta de políticas mais amplas, fazendo um trabalho intersetorial. É preciso pensar nestas questões, mas para que isso aconteça, é preciso que as instituições estejam dentro deste processo. Sendo assim, um dos eixos de ação, seja pensando na articulação de fortalecimento e potencialização do que já existe neste sentido.

Dra. Cláudia Albuquerque diz concordar com todas as abordagens que foram apresentadas nas falas, mas coloca a preocupação no sentido da efetividade que já existe, mas não é cumprido, a não participação de todos os atores, como a apresentação do Michael de Farias quando relatou a dificuldade que teve para fazerem as coisas acontecerem, a questão do planejamento de estratégias de levantamento de custos e melhorias, sendo tudo isso pode ser feito, cada comissão vai fortalecendo e construindo, mas se na tiver a participação efetiva dos outros atores, vai ficar só no papel. É exatamente essa dificuldade que o Comitê irá se deparar assim como Vitória da Conquista se deparou. Dra. Cláudia diz ainda, que se chegar com muita antecedência a esses atores, é preciso chegar com algo pronto, enquanto os outros grupos de trabalho ainda estão construindo. Com qual abordagem vai se chegar? Abordando em cima do que já existe para fortalecer e requerer a participação de todos? Sabe-se que são grupos muito individuais, se deparando com muita dificuldade. É importante ter a visão bem realista das dificuldades que vai se encontrar, para que possam ir preparados.

Maria de Lourdes diz que a fala de Dra. Cláudia, trás um pouco da fala de Michael de Farias, por saber que Recife tem todo um sistema, mas que muitas vezes dentro de um próprio setor, as informações não fluem, sendo um grande gargalo, que é vivenciado na prática. Sugere que é preciso sensibilizar alguns atores, sobretudo dentro do próprio judiciário. Existem ainda interesse e incompreensões de como funciona, o que acaba cada um ficando nas suas “ilhas”. Partindo da experiência compartilhada por Michael Farias de Vitória da Conquista, pode-se construir uma proposta a partir do Plano de Trabalho de Vitória da Conquista ou até mesmo diferente, sendo a mesma essência, no tocante a prazos e responsabilidades, pode ser aproveitado para evitar que se perca, visto ser grande e apresentar diversas áreas. Este Plano vai nortear o trabalho do Comitê, sabendo que será um grande desafio.

Eduardo Paysan coloca que a participação de Michael de Farias foi bastante inspiradora, para organização das ideias e que está nova forma de se organizar através da Coordenação Executiva, seria a arrumação, e que a partir daqui, pode-se tentar trazer uma proposta para que submeta aos demais membros do Comitê, principalmente referente ao ano de 2020, por haver mudança de gestão, de mudança das representações da sociedade civil no COMDICA, que possivelmente sofrerá um forte impacto na configuração deste Comitê e continuidade do trabalho. No entanto, tem uma gama de instituições que continuam e podem seguir com os trabalhos, e que só ponderou a questão para se institucionalize ao máximo, sabendo que não é apenas isso, mas a parte importante da política pública é consolidada aos Marcos Legais, então é preciso estabelecer prioridades no planejamento dentro do Plano de Trabalho. Eduardo fala ainda que não houve a publicação do Comitê, porque algumas representações ainda não foram indicadas, sendo assim, ainda tem-se um tempo breve para se pensarem, quais representações estão faltando fazer parte do Comitê, e já fala que um é o Ministério Público que já foi convidado por duas vezes, mas que não irão participar conforme respondido ao COMDICA, mas que vai se tentar uma reunião para conversar novamente e qual dos membros da Coordenação iria participar desta conversa. No tocante a fala de Josinês sobre a violência institucional, Eduardo fala da Polícia Civil de Pernambuco, através da DPCA, mas pode-se chamar a Polícia Militar de Pernambuco, por ter uma assessoria em direitos humanos e que dentro dela tem assessoria da criança e do adolescente, sendo bastante importante.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

Tanany Reis concorda com a fala de Eduardo, pois que chega primeiro por muitas vezes é a polícia, e que a participação da PM, fará toda a diferença na condução dos trabalhos.

Eduardo fala que ainda existe a incompreensão de que para a PM atuar, precisa que um conselheiro tutelar esteja junto, e que tem muito a ver com os fluxos. E dentro do fluxo, quem já está no dia-a-dia já tem problemas, quanto mais estando mais distantes. Eduardo coloca que já se tem uma facilidade na base, por já conhecer e estar próximo, mas que é preciso ter a pactuação nos níveis hierárquicos superiores, neste sentido, dentro ainda na estruturação do Comitê, da sua legitimidade, no sentido de falar sobre a importância desse espaço e lembra outra dica dada por Michael de Farias que é a comunicação. E por fim, é preciso verificar o passo-a-passo estabelecendo as prioridades das linhas de ação.

Tanany Reis relembra a fala de Michael de Farias em relação de articulação com os níveis superiores, que é bastante importante, e fala sobre o Ministério Público no tocante de se fazer uma articulação a partir das Audiências Públicas que Dr. Salomão vem promovendo em Recife, onde são feitos alguns encaminhamentos, podendo ser uma estratégia e não a única, por ele ser o Promotor que atua neste processo, mas já existe ação anterior da Central de Inquéritos do Ministério Público, não sabendo como poderia estabelecer este diálogo. Diz ainda, que se pode verificar a participação do Ministério Público de forma mais efetiva, aproveitando o instrumento que já existe referente ao tema. Tanany coloca que elas junto com Eliane Bezerra estão participando enquanto representação do CRIAR, mas que de fato é preciso ver com o próprio Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, enquanto Coordenadoria da Infância e Juventude pensando como esta instância, não só para orientação, mas que na maioria das vezes coloca as coisas como determinação / convocação, para que as coisas aconteçam, no intuito de despertar a própria Coordenadoria da Infância e Juventude para a necessidade de discutir com as outras comarcas, apesar de estar discutindo para Recife, é uma ação que precisa ser pensada para o Estado todo. Podendo assim, servir de estímulo /incentivo para que a Coordenadoria da Infância e Juventude puxe a discussão, muito embora que esteja no campo da infância e juventude, mas não estando no campo criminal. Em Pernambuco existe a peculiaridade do CRIAR está ligado as Varas Criminais, mas existe uma articulação com a Coordenadoria da Infância e Juventude, pela própria temática e pelos sujeitos com os quais são trabalhados.

Eduardo Paysan fala que as Audiências Públicas seria um dos instrumentos, mas diante da demanda do Comitê é preciso ter pelo menos uma representação do Ministério Público, sendo um caminho parecido com o que Tanany colocou referente à Coordenadoria da Infância e da Juventude, trazendo o CAOP da Infância – Centro Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e Juventude, a área criminal que envolve as Varas Crimes da Criança e do Adolescente. Na instância do TJPE precisaria do Presidente e na instância do Ministério Público - MP o Procurador de Justiça, no sentido de nível hierárquico superior.

Tanany coloca que a Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJPE, está ligada diretamente a Presidência do mesmo, o que facilitaria a participação.

Eduardo questiona se não seria preciso a participação da presidência.

Tanany sugere tentar um conversa com Paulo Teixeira informalmente para verificar o melhor caminho, mas que pela Coordenadoria já daria conta.

Eduardo exemplifica de acordo com a Prefeitura da Cidade do Recife, no qual faz parte a Secretaria Executiva de Direitos Humanos, fazendo parte da Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos, que é ligada ao Prefeito e a Secretária. Existe uma diferença entre envolver a Secretária Executiva, de envolver a Secretária maior e de envolver o Gabinete do Prefeito, mesmo a Secretária ser ligada direto ao Prefeito, há diferença quando se fala direto com o Prefeito, porque quando vem determinado pelo Prefeito, tem mais força do que vindo de outras Secretarias, é no sentido de quem responde no nível maior hierárquico. Continua ainda, que seria que os membros da Coordenação Executiva pensar nas representações que poderiam ser estratégicas neste diálogo: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB por está muito próximo ao sistema de justiça, COMDICA e mais algum membro da comissão para uma conversa com as representações do nível mais hierárquico.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

Dra. Claudia Albuquerque concorda com a fala de Eduardo em relação de procurar dentro dos atores que o Comitê deseja que participem e que são importantes para o este Comitê, deliberar um grupo específico para tentar um diálogo com alguém do TJ podendo ser o presidente, o atual Dr. Fernando Cerqueira e que ele possa determinar outra representatividade receba o Comitê e desenvolva os trabalhos ou esteja envolvido em algo que seja deliberado, assim como com o Ministério Público. Entrar em contato com o Procurador Geral do Ministério Público e apresentar a proposta do Comitê, bem como a importância da sua participação e quem irá designar para o acompanhamento na construção deste trabalho. Tem ainda o Dr. Salomão que é bastante envolvido promovendo as Audiências Públicas. Sabe-se que estamos vivendo um momento atípico devido a pandemia. Em relação à participação da Polícia Militar, é de extrema importância.

Eduardo Paysan fala do Defensor Público Geral, para que designe algum defensor que atue no crime contra criança para participar do Comitê, e no tocante da Polícia Militar de Pernambuco, envolver o Comandante Geral.

Roberta Sartori faz a leitura do chat da sugestão feita por Tanany Reis, de que seria importante chamar a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB para essa interlocução.

Eduardo Paysan coloca que além dos diálogos com os atores citados, em paralelo deveria publicar com brevidade a constituição do Comitê, trazendo que o ideal seria até sexta-feira dia 28/08/2020, ou então na próxima sexta-feira dia 04/09/2020, para que possam verificar as últimas indicações dos que farão parte deste Comitê. Diz ainda, que parte da estruturação interna é a publicação de uma Resolução COMDICA, que vai citar as instituições com suas representações com titular e suplente.

Augusto Souza pergunta se o dilema levantado por Eduardo Paysan é a publicação com maior brevidade, versus a esta composição do Comitê ainda não estar “ideal” por não ter as representações do judiciário.

Eduardo Paysan responde que do judiciário tem o CRIAR nesta composição, destacando que não existem as representações do Ministério Público e Defensoria. Explica ainda, que estava destacando a importância da participação da Polícia Militar de Pernambuco.

Maria de Lourdes sugere que se estabeleça um prazo para essas indicações, evitando que fique muito aberto, e coloca como proposta a data limite para essas indicações para a primeira semana do mês de setembro.

Eduardo Paysan concorda com a sugestão de Maria de Lourdes, reforçando que a Coordenação fará um esforço para reunir os atores sugeridos antes da data proposta, para que possam ter tempo hábil de fazerem suas indicações.

Esse diálogo está dentro das linhas de ação do Comitê, sendo o ponto de partida. E pergunta a todas/os membros da Coordenação se estão de acordo com o prazo de até 04/09/2020, o prazo máximo para as indicações, explicando que os que indicarem posteriormente, se fará uma nova publicação. Estando todos de acordo.

Isaac Machado pergunta a Eduardo Paysan, quantas instituições representam o Comitê. Eduardo Paysan explica que foram pensadas em algumas representações iniciais e que no decorrer das discussões foram aparecendo outras indicações. Diz ainda, que tem na representação o 1ª e 2º VCCCA representado pelo CRIAR, tinha sido convidadas a 32ª e 33ª Promotorias de Justiça, que respondeu ao COMDICA, que não iram participar por estarem monitorando, CENDHEC, Clarice Lispector, que está aguardando a representação, Centro de Referência de Direitos Humanos – Margarida Alves, CERCCA, o COMDICA representado por alguns conselheiros, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal da Mulher, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, Conselho Municipal de Direitos Humanos, Conselho Municipal de Igualdade Racial, Conselho Municipal de Políticas de Juventude, que está buscando a indicação da representação, Conselho sobre Drogas, Conselho de Saúde, Conselhos Tutelares das seis RPA'S dois oitos Conselhos, Defensoria pública ainda não fez a sua indicação, porque a representação da infância não pode acompanhar e ficou de verificar outra indicação, mas até a presente data ainda não encaminhou, Conselho de Educação, Vigilância em Saúde, Escola de Conselhos, FEPETIPE- Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Fórum DCA, GAJOP já tem uma pessoa participando das



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

reuniões, mas não indicou oficialmente as suas representações, GECRIA da Universidade Federal de Pernambuco informou que não havia a possibilidade de participação, IMIP, IMPLAC, houve a indicação do Instituto Maria da Penha, que ainda não formalizou, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, ficou de indicar suas representações, mas ainda não fez, OAB, Rede de Enfrentamento, só não fez a indicação do suplente, Secretaria de Assistência Social através do CREAS e da Gerência da Alta Complexidade, Escola que Protege, mas ainda falta a indicação do NEVE – Núcleo de Enfrentamento a Violência Escolar, SONY Santos – Centro de Atendimento à Saúde e UNICEF. Completa ainda, que o Comitê já está bem representativo, mas que na verdade, dentro do Sistema de Garantia dos Direitos, o que seria fundamental para dar seguimento as discussões na questão dos fluxos.

Isaac Machado pergunta se a Federação Ibura Jordão de Entidades e ETAPAS foram convidadas para participação no Comitê. Eduardo Paysan responde que não foi feito o convite. Eduardo Paysan fala que a Federação Ibura Jordão de Entidades, não foi convidada para participação deste Comitê e que o ETAPAS, faz parte como representação dentro da Coordenação do Fórum DCA.

Diante do prazo estipulado para publicação das representações no Diário Oficial Município até o final da primeira semana de setembro, o ideal é que se faça uma reunião com a Defensoria Pública, a Polícia Militar de Pernambuco e o Ministério Público, se possível antes da sexta-feira dia 04/09/2020. Eduardo Paysan ressalta que 1 hora de conversa, ou até menos com cada instituição, seria o suficiente, mas é preciso ter clareza dos instrumentais, das normativas que foram construídas no nível nacional, como o Pacto Nacional, que Augusto Souza trouxe para o Comitê, da Polícia Civil, do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público, além de todas as Resoluções, é preciso que se tenha propriedade para dialogar com essas representações.

Tanany Reis diz que em caso de necessidade, organiza sua agenda para participar das duas, mas que de preferência participará de uma ou outra reunião.

Roberta Sartori coloca que no dia 02/09/2020 não haverá reunião no COMDICA, nem no horário da manhã e no horário da tarde. Diz que na terça 01/09/2020, estará em reunião da Comissão Sociopedagógica do COMDICA no horário da manhã. Faz o seguinte resumo: segunda-feira dia 31/08/2020 manhã e tarde livres e quarta-feira dia 02/09/2020, de acordo com a disponibilidade das agendas. Faz a leitura do chat, que Tanany Reis pode participar da reunião na quarta-feira dia 02/09/2020 no horário da manhã e no horário da tarde só pode após as 15h.

Eduardo Paysan coloca que de acordo com as disponibilidades dos membros da Coordenação Executiva, ir selecionando 1 hora para cada representação, sendo: 09 às 10h uma representação, das 10 às 11h outra, das 11 às 12h para a outra, porque em uma manhã já se faz três reuniões, todos no dia 02/09/2020. Coloca ainda as representações que vão ser convidadas para a reunião, quais são: Defensoria Pública, Polícia Militar de Pernambuco e CAOPIJ. Em relação ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, seria mais uma conversa institucionalizada em um nível mais hierárquico, sugerindo que a reunião aconteça no horário da tarde das 14 às 15h também no dia 02/09/2020.

Josinês Rabelo diz que é preciso verificar a disponibilidade das instituições, se os mesmos irão poder nesse horário e neste dia. Será uma tentativa de articulação, mas possa ser que eles já tenham uma agenda e não possam.

Tanany Reis coloca que vai encaminhar como proposta as datas sugeridas e espera a devolutiva, até porque é uma reunião mais rápida, enfatizando para as instituições. Fala ainda, que é um convite para uma apresentação.

Josinês Rebelo concorda com o termo apresentação, e que assim, talvez seja mais fácil conseguir essa agenda. A forma de como vai ser fazer a abordagem, será fundamental, e que se consiga realmente sensibilizar.

Eduardo Paysan fala que, quem fará o convite para essas instituições, também fará a diferença. Levanta ainda, se esse convite parte da presidência do COMDICA, ou da UNICEF, OAB.

Augusto Souza sugere que se faça uma assinatura compartilhada.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

Dra. Claudia Albuquerque sugere que no convite se fale “uma breve apresentação”

Eduardo Paysan sugere que na assinatura do convite, se coloque Coordenação Executiva do Comitê, e nomeie as instituições que fazem parte da Coordenação. Solicita ainda, que se alguém da Coordenação tenha o contato com alguma das instituições que serão convidadas, possa colocar no grupo e pergunta quem irá fazer os contatos. Reforça que depende de quem for fazer o contato, fará toda a diferença, exemplificando com a dificuldade que Simone Melo – Secretária Executiva do COMDICA de conseguir alguns contatos e representações. Fará o contato com o Major do ASCRIAD, para tentar falar com o Comandante Geral, a Defensoria Pública, tem contato com Dra. Carolina Izidoro, mas com o Defensor Geral não possui o contato, que poderá pedir a Dra. O Ministério Público, tem os contatos com os Promotores, sendo da parte da Coordenadoria precisa partir de Paulo Teixeira essa diálogo.

Dra. Claudia Albuquerque diz que não tem como dar um feedback no exato momento, mas contatos no TJPE, /MP e Defensoria Pública, tem vários, mas não com os representantes destas entidades, mas que verá dentro da OAB e dará o retorno.

Augusto Souza fala que não tem nenhum contato, inclusive do judiciário é o que menos conhece, falando ser bem novato em relação aos colegas juristas de Recife, mas se disponibiliza a sondar, para tentar chegar a esses contatos também.

Tanany Reis sugere que se faça uma articulação com Paulo Teixeira do MP, por ter a possibilidade de ver os caminhos, não apenas os contatos, mas qual seria a melhor forma de mobilizar as altas instâncias. Pede que Eduardo faça o contato com Paulo Teixeira, tanto para o TJPE como para o MP.

Eduardo Paysan sugere que cada membro que for fazendo os contatos, vai sinalizando no grupo de whatsapp da Coordenação Executiva, para socializar os retornos. Pergunta aos demais membros se vão discutir mais algum ponto ou se encerra a reunião e aproveita o resto da manhã para seguirem com as articulações.

Tanany Reis sugere seguir com a reunião até as 10h30min.

Seguindo com as discussões, Eduardo Paysan coloca que o outro ponto de pauta, seria em relação às reuniões dos GT'S na próxima sexta-feira 28/08/2020, então verificar se terá algum encaminhamento prévio para ser discutido na Coordenação, já que podem estar divididos nos GT'S ou não. Lembra que todos os materiais já foram socializados.

Josinês Rabelo coloca que acha importante encerrar para entrar em contato com as instituições e no próximo encontro iniciar através do Plano de Trabalho, sendo que é preciso verificar os fluxos e ver como o Comitê irá funcionar. Pergunta de que forma vai se discutir o documento, se vai ser lido e discutido em reunião? Ou já vai se discutir em conjunto a sua elaboração? É preciso pensar em uma metodologia deste grupo de trabalho, porque corre risco de se perder, colocar um prazo e como irá funcionar.

Eduardo Paysan coloca que como terão a reunião com as instituições na próxima quarta-feira, seria importante já pensar em uma nova data para a Coordenação se reunir.

Josinês Rabelo pergunta, qual é o produto que a Coordenação irá entregar ao grande grupo?

Eduardo Paysan responde que seria a proposta do Plano de Trabalho apresentar no grupo maior. Por isso, é importante todos lerem a proposta de Michael de Farias.

Josinês Rabelo pergunta como vai fazer isso? É preciso se planejar nesta reunião. Um ponto é fechar com as representações que estão faltando, e como será produzido esse documento? Vai ser lido e discutido nas reuniões? Se vai ler cada um individualmente e só discutidos nas reuniões? Reforça que é preciso ser decidido nesta reunião.

Tanany Reis ratifica a sugestão de Josinês Rabelo finalizando a reunião, ficando acertadas as reuniões na próxima quarta-feira dia 02/09/2020 com as representações e marcando uma reunião para o dia 09/09/2020 quarta-feira trazendo os destaques do Plano de Trabalho para ser discutidos e na sequência apresentar para o grande grupo.

Josinê Rabelo reforça a importância de se colocar prazos, dando tempo também para que o grande grupo façam a leitura se possa começar a discussão mais ampliada.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

Tanany Reis fala que no documento fala das atividades planejadas por linhas de ação. Tem uma linha de ação que é relativo ao próprio fluxo. Na sexta-feira dia 28/08/2020 haverá reunião do GT de Fluxos e Gargalos, então o produto desta discussão será incorporado na reunião da Coordenação na quarta-feira dia 09/09/2020, que depois será socializado e discutido com o grande grupo. Lembra que na última reunião do Comitê se falou sobre formação, capacitação da Rede. Talvez pudesse funcionar como um catalisador, agregador do trabalho desses grupos, como por exemplo, quando se fala da organização interna, o que será produzido pelo grupo do Regimento Interno, deva estar em algum momento colocado. A Coordenação terá esse papel, de ir organizando a produção dos grupos menores. Eduardo Paysan, pergunta se Isaac Machado quer colocar algo do que foi discutido no GT do Regimento Interno, para em que a Coordenação possa contribuir.

Isaac Machado coloca que o GT do Regimento Interno já teve a sua primeira reunião, onde foi feita a leitura da minuta de Vitória da Conquista-BA, e que está sendo analisado. Diz ainda, que na primeira reunião não teve quorum suficiente, por este motivo colocou uma explicação para que fosse deliberado, inclusive colocou como sugestão a inclusão de mais membros no GT do Regimento Interno, para que pudesse ter uma maior produção na elaboração do Regimento Interno.

Eduardo Paysan fala que o Regimento Interno é uma tarefa inicial, que conforme finalizado o GT permaneça para outra tarefa semelhante, referente às Normativas.

Roberta Sartori coloca que terminou a sistematização da ata da primeira reunião do GT de Regimento Interno e que encaminhará para os membros do GT para darem uma lida e fazer as considerações necessárias. Explica ainda, que fez os destaques em alguns pontos em vermelho, citando a questão das representatividades, que precisa se colocar com a realidade de Recife. Eduardo Paysan pergunta se não já pode fazer essa alteração. Roberta Sartori responde que só poderia fazer a modificação mediante definição do grupo. Apesar da leitura minuciosa feita pelos membros do GT do Regimento Interno, existem algumas alterações que precisam ser feitas. Eduardo Paysan coloca que se é preciso sair por Decreto ou se pode ser uma Resolução COMDICA. Roberta Sartori fala que verificará com Simone Melo e com o jurídico do COMDICA. Eduardo Paysan solicita que encaminhe também para a Coordenação Executiva, e diz que a técnica Roberta Sartori pode modificar as representatividades de acordo com o Comitê. Diz ainda que têm outras normativas, CNJ, CNMP, e outras Resoluções que talvez possam ser colocadas a nível municipal, então esse grupo ficaria responsável de institucionalizar micro estado e município.

Roberta Sartori informa que a mestrandia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Roseane Moraes encaminhou a carta de intenção para que tivesse acesso às reuniões bem como a todo o material do Comitê, informando que o Presidente do COMDICA Armindo Pessoa assinou o recebimento da carta e que a partir desta data, Roseane estará participando de todas as reuniões, bem como receberá todo o material.

DELIBERAÇÕES:

- Leitura do Plano de Trabalho de Vitória da Conquista – BA;
- Encaminhar a sistematização da primeira reunião do GT de Regimento Interno para a Coordenação Executiva;
- Próxima reunião dia 09/09/2020.

Não havendo mais nada a tratar, encerra-se a reunião às 10h20min.

Reunião com arquivo de imagem/áudio.

Relatoria: Roberta Sartori

03/09/2020